



Documento de Área

Área de Avaliação: Medicina I

Coordenador da Área: José Antônio Rocha Gontijo
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Carlos Cezar Fritscher
Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Wolnei Caumo

Quadriênio 2013-2016

Sumário

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA	2
II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017	12
III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016	25
IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL	48

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

a. Fotografia da área

A Área 15 da CAPES (Medicina I) tem se consolidado nos últimos anos após o estabelecimento de um perfil de programas/cursos *stricto sensu* com características e conteúdos estritamente acadêmicos e ênfase multidisciplinar. Isto tem resultado em avaliações periódicas qualitativas cada vez melhores, sendo que na Trienal 2013 os conceitos muito bom ou superior alcançaram 44,5% dos Programas/Cursos avaliados (Figura 1, 2, 3).

Triênio Avaliação/Notas	1	2	3	4	5	6	7	Total de Programas/Cursos Credenciados
2001 - 2003	0	0	22	16	13	7	1	59
2004 - 2006	0	0	13	21	22	8	3	67
2007 - 2009	0	0	14	32	21	6	5	80
2010 - 2012	0	1	14	30	22	8	6	81

Figura 1. Distribuição percentual das Notas de Programas e Cursos na Avaliação Trienal 2013. Fonte: Relatório de Avaliação Trienal 2013.

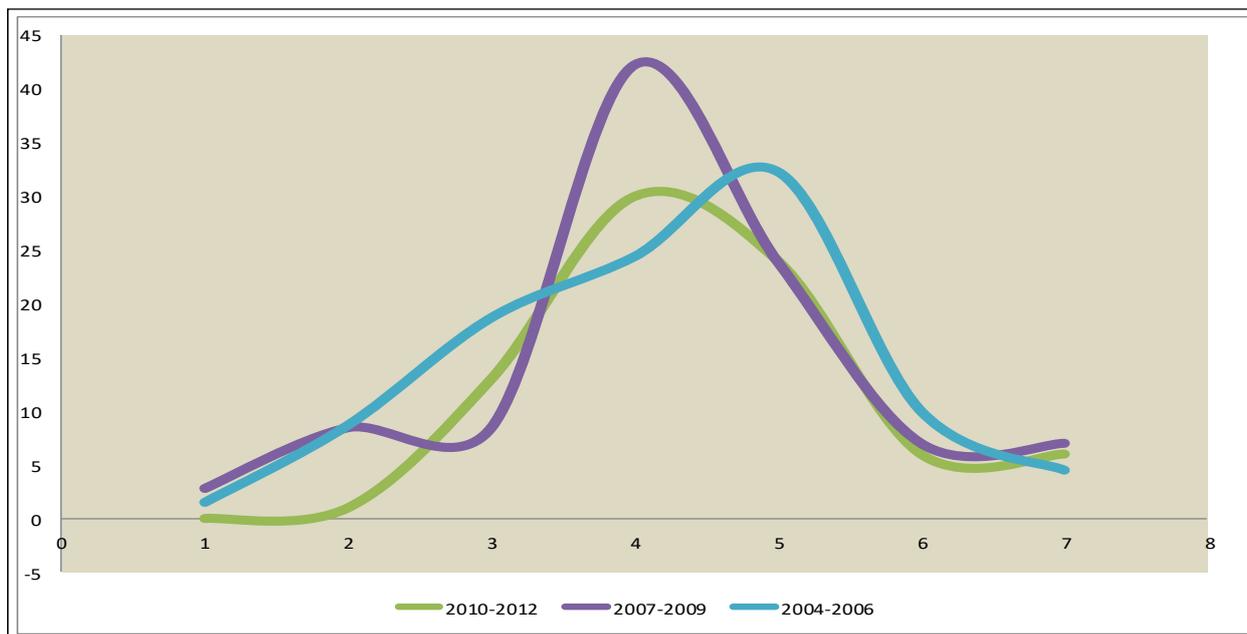


Figura 2. Distribuição e variação das notas dos programas de pós-graduação após as diferentes avaliações trienais (2004-2012).

Após a avaliação trienal 2013, 81 programas de pós-graduação (PPG) permaneceram credenciados, sendo que 36 destes foram identificados como programas interdisciplinares recebendo denominações abrangentes, tais como: Ciências Médicas, Ciências da Saúde, Clínica Médica, Fisiopatologia Médica ou assemelhados, enquanto o restante dos cursos e programas, foram distribuídos por especialidades clínicas diversas, como Cardiologia, Endocrinologia, Nefrologia, Oncologia, Pneumologia, Gastreenterologia/Hepatologia, entre outras. Entretanto, embora de conteúdo disciplinar, esses programas têm enfatizado a participação de pesquisadores, produção de teses e publicações de diferentes subáreas que contribuem para a produção de conhecimento para a área temática do programa. A partir de 2012 a área aumentou em 27% no número de programas/cursos (Figura 3), passando para 103 Programas de Pós-graduação.

<i>Período de Avaliação</i>	<i>M</i>	<i>D</i>	<i>M/D</i>	<i>F</i>	<i>Total</i>
2010-2012	8	3	62	8	81
%	9.3	3.5	75.0	12.2	100
2013-2016	8	3	69	23	103
%	7.7	3.0	67.0	22.3	100

Figura 3. Programas e Cursos credenciados na área 15 – Medicina 1 de 2010 a 2016.

A evolução dos Programas/Cursos pode ser aferida pelo número e perfil qualitativo das publicações veiculadas pela área (Figura 4) bem como pelo crescente número de dissertações e teses defendidas (Figura 5).

Neste processo de consolidação e qualificação dos programas/cursos é evidente a importância da mudança dos perfis desses programas e cursos para estruturas que agregam múltiplas disciplinas e especialidades médicas, com abordagem abrangente, onde a valorização e incorporação de discentes e docentes de diferentes formações e, a apropriação, principalmente de ferramentas metodológicas de outras áreas, em particular da biológica básica, foi um aspecto fundamental.

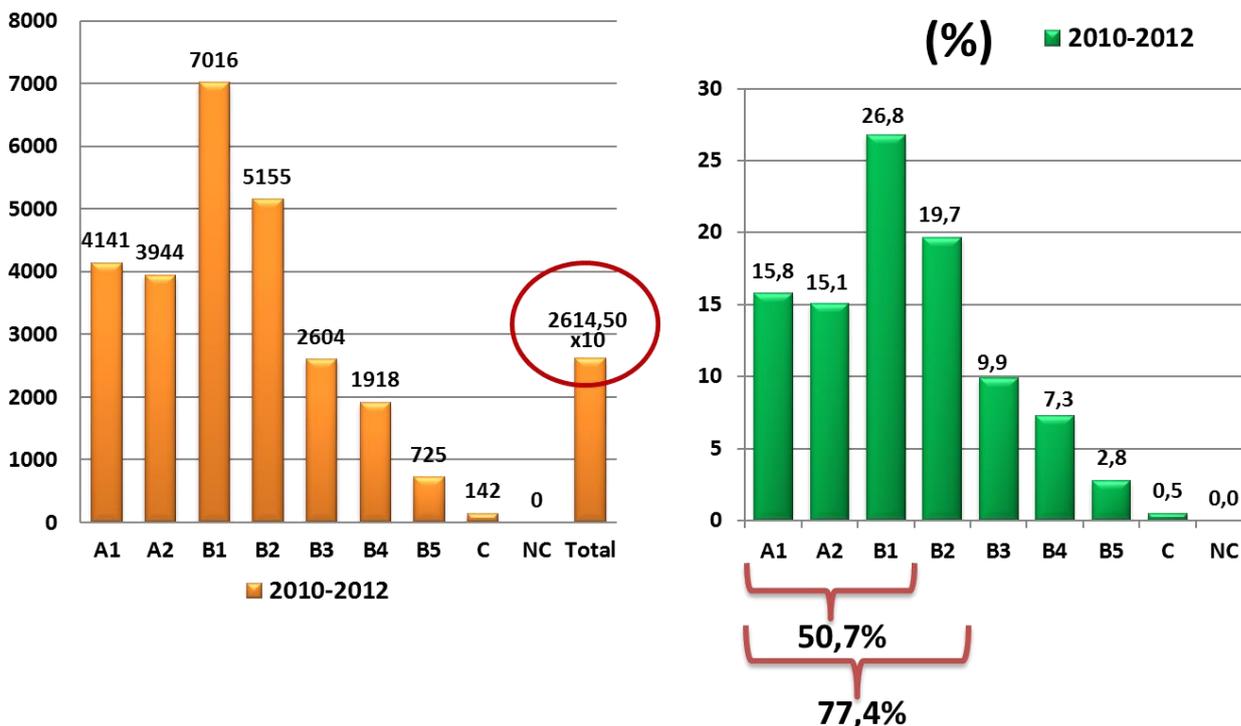


Figura 4. Produção intelectual dos programas de pós-graduação da área 15 no triênio 2010-2012 estratificada pela classificação do Qualis.

Nos últimos 7 anos houve, predominantemente, um aumento expressivo do número de Programas de Mestrados Profissionais (MP) (de 8 para 23 programas) envolvendo, especificamente, a formação profissional de indivíduos para atuações em área prioritárias tais como educação médica, desenvolvimento de diretrizes de atenção à saúde, avaliação e desenvolvimento de tecnologias e equipamentos médico-hospitalares. Dentre estes programas de MP encontram-se aqueles em que o corpo docente permanente é constituído por profissionais, predominantemente não médicos.

De modo diferente do estágio atual, em 2007 não houve a inclusão no sistema de nenhum programa novo em Medicina I. A partir de 2008, novos PPG foram credenciados, muitos deles resultantes da fusão de três ou mais programas/cursos. Assim, já em julho de 2009, a Área contava com 66 programas em atividade, três destes Mestrados Profissionais.

Períodos	Mestrados	Doutorados	Mestrados Profissionais	Total
98-00	960	539	0	1499
01-03	1397	833	67	2297
04-06	1893	987	32	2912
07-09	2499	1252	21	3772
10-12	3691	1735	28	5454

Figura 5. Titulação em nível de Mestrado (acadêmico e profissional) e Doutorado nos programas de pós-graduação da área 15 em quatro triênios sucessivos de 1998-2000 a 2010-2012.

Entretanto, como na ampla maioria das áreas de conhecimento, persiste na área 15 - Medicina I uma heterogênea e assimétrica distribuição regional dos programas e cursos de pós-graduação, resultado, pelo menos em parte, de diferentes densidades regionais de Instituições, Núcleos e Docentes qualificados envolvidos em pesquisa, bem como, da escassez de recursos e financiamentos direcionados à pesquisa e conseqüentemente a pós-graduação, como mostra a Figura 6.

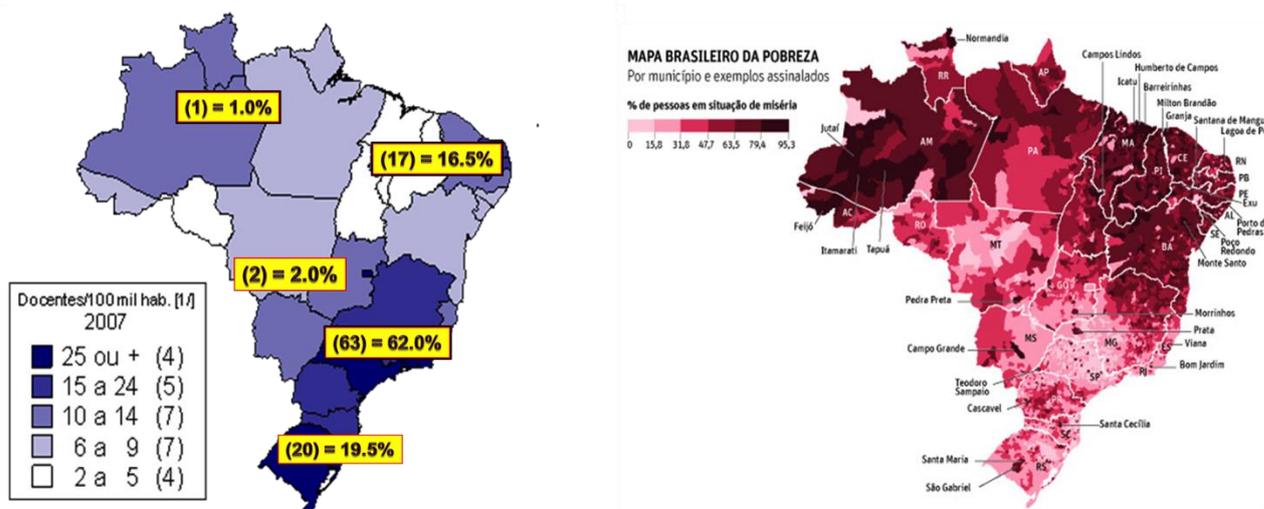


Figura 6. Distribuição Regional dos Programas de Pós-Graduação na área de Medicina I credenciados para o triênio 2010-2012. Entre parênteses o número de Programas. As ilustrações sobrepõem diretamente à distribuição dos PPG a concentração de docentes em IES e a distribuição de riqueza no país. Fontes: Relatório de Avaliação Trienal 2013; Relatório dos Seminários de Acompanhamento dos PPG (2012 e 2013) (Fontes: MEC, 2014, IPEA, MP, 2013).

Ao longo de 2009, o Comitê de Área realizou visitas a 19 programas que apresentavam fragilidades detectadas pelo processo periódico de avaliação. Estas visitas resultaram em intensa troca de experiências sendo que em diversas IES, as propostas de extinção e principalmente, de fusão de cursos, auxiliaram na melhoria dos desempenhos daqueles já existentes nas avaliações periódicas sucessivas (Figura 5).

Entre 2011 e 2012 foram promovidas reuniões com Programas e Cursos notas 3 visando a qualificação destes programas e a expansão dos mesmos ao Doutorado. Foram durante este período credenciados 7 novos cursos ou programas (2 Mestrados/Doutorados; 5 Mestrados Profissionais), consolidando a tendência de programas com características temáticas e interdisciplinares, totalizando 86 programas até o início de 2013.

A área de Medicina I tem efetivamente estimulado a multidisciplinaridade em torno do desenvolvimento de projetos de formação e de produção do conhecimento focados em áreas temáticas. Assim, de um perfil de Cursos e Programas que se sobrepunham de forma indistinta às especialidades médicas (o que tornavam os programas inconsistentes e próximos à especialização e o lato sensu), atualmente, a área 15 - Medicina I é caracterizada por programas, em 70% dos casos, multidisciplinares por proposta; dos 103 Cursos ou Programas credenciados na área, 34 são em Ciências da Saúde, 12 em Ciências Médicas, 20 em Medicina ou Medicina e Saúde, 9 em Saúde, Tecnologia em Saúde e Saúde e Sociedade e 3 Fisiopatologia Médica. Embora persistam programas/cursos em especialidades médicas, estes agregam docentes de diferentes

áreas do conhecimento produzindo ciência em uma área temática. Em virtude do exposto, a existência de um Programa de Pós-Graduação (PPG) cuja essência busca a interdisciplinaridade é bem-vinda. Portanto, na área de Medicina I a Interdisciplinaridade é uma característica e tem decorrido de um processo evolutivo natural inerente à maioria dos PPG.

b. Estado da Arte

Adicionalmente, a formação de docentes/pesquisadores na área da saúde são aspirações da área 15 (Medicina I) para pós-graduação:

1. Mudanças da realidade nacional, de tal forma que a difusão do conhecimento gerado nas Universidades se deem, fundamentalmente, através da qualidade dos profissionais ali formados. Mas, também, esta DEVE ocorrer pela implementação de atividades de extensão, consultorias, contratos de pesquisas e de serviços, atividade em hospitais universitários, e outras de interesse público. A existência e o incremento desta interação Universidade-Sociedade voltada ao atendimento de demandas e à difusão do conhecimento são essenciais para a independência tecnológica do país, o desenvolvimento da sociedade e em contrapartida da Universidade brasileira;
2. A ênfase na formação pós-graduada calcada no conhecimento e em princípios válidos, em longo prazo, pressupondo que sobre estas bases se alicerçará a geração de conhecimento novo, de inovações e, conseqüentemente, a independência tecnológica brasileira. Como tem sido propugnado, o valor de uma formação universitária não reside no aprendizado de muitos fatos, mas no treinamento cognitivo para conceber coisas novas. Portanto, os programas de PG na área médica DEVEM propiciar uma formação de docentes e pesquisadores sob novos paradigmas, onde ao invés de sobrecarregar os estudantes com o excessivo tempo em sala de aula, estimulem acesso precoce à ciência por meio de iniciação científica disseminada, da formação simultânea na graduação e pós-graduação (Programas MD/PhD) e, de mestrados vinculados à residência médica;
3. A discussão na pós-graduação DEVE ir além da geração do conhecimento formal e, sobretudo, estimular a discussão sobre o processo atual de formação na graduação, que impõe uma escolha prematura e precoce de especialidades. Neste contexto, há espaço e boas justificativas para iniciativas inovadoras, p.ex., a exposição prévia ao alunado a disciplinas básicas nas diferentes áreas de ciências exatas, biológicas e humanas, predispondo à flexibilização na escolha curricular e, permitindo uma opção melhor fundamentada da carreira futura;

4. O financiamento público ainda é crucial para o desenvolvimento da ciência no Brasil, e a política governamental de desenvolvimento é um fator decisivo. Muito se tem falado em competitividade de empresas no Brasil. Não é possível adquirir competitividade sem o domínio da geração de conhecimento, num mundo onde a mercadoria mais valiosa é a apropriação desse próprio conhecimento gerado. No Brasil, o número de cientistas trabalhando em pesquisa e desenvolvimento em empresas é inferior à maioria dos países desenvolvidos ou emergentes. Para que o país consiga sua independência científica e tecnológica, é indispensável acelerar nossa capacidade de formação de pessoal qualificado, criando, ao mesmo tempo, condições para que nossas Universidades, Institutos de Pesquisa e Empresas absorvam estes egressos;
5. Na área médica, é fundamental, para real independência do país, o estímulo e incentivo às condições que promovam a implantação de programas de formação (acadêmicos e profissionais) e treinamento em Pesquisa Clínica e Medicina Translacional. Parte-se do pressuposto que, para melhorar a saúde humana, as descobertas científicas DEVEM ser traduzidas e incorporadas à aplicação prática. Tais descobertas, tipicamente, começam “na bancada” com a pesquisa básica e então progridem para o nível clínico, ou para aplicação no “leito” do paciente. Os cientistas DEVEM estar cientes que esta abordagem, *bench-to bedside*, é realmente uma abordagem de duas mãos: cientistas básicos alimentando clínicos com novas ferramentas para o diagnóstico e tratamento de pacientes e, pesquisadores clínicos promovendo observações sobre doenças que estimulam a investigação básica;
6. O incentivo às condições que promovam a implantação de programas de Pós-Graduação multidisciplinares (acadêmicos e profissionais) contribuirá para o avanço das fronteiras da assistência, gestão, produção científica e tecnológica brasileira. Esta relação interdisciplinar com transferência de ferramentas metodológicas é, não somente fundamental, mas também vital para a sobrevivência da área, pois esta agrega conhecimentos consolidados aos novos conhecimentos gerados, com conseqüente melhoria em todos os processos. Em virtude do exposto, a existência de um PPG cuja essência busca a interdisciplinaridade DEVE ser um processo evolutivo natural para o avanço do conhecimento e é inerente a todos os PPG na área de Medicina;
7. Estimular uma efetiva internacionalização dos programas de pós-graduação através da criação de programas novos ou áreas de concentração em PPG existentes, com a participação de instituições de ensino superior estrangeiras, em áreas temáticas do conhecimento, docentes estrangeiros credenciados como professores permanentes, dupla titulação e, amplo e irrestrito trânsito de pesquisadores e discentes entre as instituições que compõem a proposta;

8. No planejamento estratégico dos programas e cursos de pós-graduação, DEVE estar claramente definida a política de contratação/renovação do corpo docente, considerando-se a melhoria e a modernização das linhas de pesquisa. Os novos docentes DEVEM ter as qualificações necessárias para serem integrados imediatamente ao programa. Os programas DEVEM incentivar o credenciamento rápido dos docentes jovens recém-contratados, pós-doutorados e jovens pesquisadores com financiamento de agências de fomento. Todo o apoio DEVE ser dado aos jovens, como apoio institucional, de espaço físico, apoio financeiro por parte da instituição, credenciamento rápido e regras menos rígidas para que os mesmos sejam considerados permanentes;
9. As instituições de ensino superior onde os PPG estão situados DEVEM demonstrar capacidade e iniciativas de efetivo estímulo à participação de docentes em estudos clínicos através de infraestrutura de pesquisa própria, indicação de registros de estudos e coortes clínicos formalizados. Além disto, DEVEM demonstrar a capacidade de desenvolver e manter infraestruturas (Laboratórios como *core facilities*), Equipamentos multiusuários, Projetos Integrados etc. comuns destinados à experimentação clínica ou animal;
10. As IES e os PPG DEVEM manifestar com clareza a preocupação institucional e do PPG com a Ética e Integridade em pesquisa, (pela existência de códigos e normas, comissões que disciplinem a Boa Prática em Pesquisa, Disciplinas que enfatizem estes aspectos etc.) e, a descrição de medidas relativas à Integridade em Pesquisa tomadas pelo Programa de Pós-graduação;
11. A área tem, a cada avaliação, valorizado e estimulado o desempenho dos Programas na formação de recursos humanos e na nucleação de grupos de pesquisa em outros estados e regiões do país; outro aspecto importante é a inserção dos alunos e docentes de pós-graduação em programas de transferência de conhecimento e impacto social; estes aspectos DEVEM ser aprimorados pelos programas no sentido de evidenciar seu claro compromisso social;
12. E, finalmente, neste momento em que se consolidam os programas de PG na área médica, DEVE ser buscada a extinção do Mestrado Acadêmico no formato atual e implantando um período de até 2 anos, como fase de intensa formação científica e probatória do aluno de tal forma que este ao final demonstre: (1) boa formação científica e domínio metodológico; (2) erudição científica em sua área e proficiência metodológica através de exame rígido de qualificação (quando o aluno poderia ser reprovado até que demonstrasse erudição no tema da pesquisa); e, (3) a redação e submissão à avaliação final deste período probatório de um

projeto de Doutorado que seja parte da avaliação de sua capacidade de prosseguir em sua formação acadêmica.

c. Posição da área quanto a INTERDISCIPLINARIDADE

A Área 15 - Medicina I, como pode ser comprovado pelas descrições acima, é uma área considerada altamente consolidada, devido ao bom desempenho de seus cursos e programas em sucessivas avaliações. No seu processo de amadurecimento e qualificação, é evidente a importância da mudança dos perfis dos programas e cursos para estruturas interdisciplinares e abrangentes, onde a valorização e incorporação de docentes e alunos de diversas formações, e a apropriação, principalmente de ferramentas metodológicas de outras áreas, particularmente da área biológica básica, foram aspectos fundamentais.

Esta área tem efetivamente, estimulado a interdisciplinaridade em torno do desenvolvimento de projetos de formação e de produção do conhecimento focados em áreas temáticas. Como indicado acima, este estímulo propiciou o desenvolvimento qualificado da área, o que é visível pelo número de teses e dissertações anualmente defendidas e pelas publicações na área, predominantemente em periódicos multidisciplinares de elevado impacto (em torno de 51% das publicações em periódicos Qualis A1, A2 e B1).

Desta forma, no processo de avaliação dos programas da área são valorizadas e amplamente estimuladas propostas coerentes, multidisciplinares e com disciplinas de formação eminentemente metodológicas (dentre as quais incluem ética em pesquisa e bioética). Praticamente todos os cursos e programas da Área de Medicina I atendem à demanda de profissionais de diferentes formações, não só da área da saúde, por entender que a complexidade atual da ciência e sua evolução necessitam da aproximação de metodologias apropriadas por diferentes pesquisadores e áreas do conhecimento. Assim, a aplicação de análise por atratores, análise estocástica, nanotecnologias, pinças ópticas entre outras são temas de várias teses e publicações na área. Esta produção é apresentada anualmente junto a estudos fisiopatológicos, populacionais e epidemiológicos em diferente área, o que *per se*, enfatiza a diversidade da área de Medicina I.

Para a expansão das fronteiras da assistência, gestão, produção científica e tecnológica, esta relação multidisciplinar, com transferência e compartilhamento de metodologias, é não só fundamental, mas também vital para a sobrevivência da área, pois agrega conhecimento e geram outros novos com conseqüente melhoria em todos os processos. Em virtude do exposto, a existência de um PPG cuja essência busca a interdisciplinaridade é bem-vinda e DEVE ser direcionada à Medicina I para avaliação. Portanto, na área de Medicina I a Interdisciplinaridade é

uma característica e tem se constituído de um processo evolutivo natural inerente à maioria dos PPG.

d. Posição da área quanto a *INSERÇÃO no ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO*

Os PPG em Medicina, através de programas de extensão e maior atuação extramuros, utilizando um corpo docente altamente qualificado e alunos de mestrado e doutorado, devem implantar propostas, diretrizes e discussões em nível do ensino fundamental e médio, que propicie a mudança de realidades adversas que impliquem negativamente sobre a saúde e o bem-estar de populações.

Ao mesmo tempo, a boa formação acadêmica de professores pela pós-graduação senso estrito, se absorvidos pela escola pública, deve favorecer ao estímulo, identificação e lapidação de jovens talentos para áreas de pesquisa científica em biologia e medicina. Muitos dos estudantes de nossas escolas de ensino médio têm este talento, mas na maioria das vezes não o desenvolvem por falta de oportunidade.

A existência e o incremento destas atividades de extensão, voltadas à difusão do conhecimento, são importantes para o desenvolvimento futuro de uma nova geração de indivíduos envolvidos na pesquisa ou elaboração de políticas públicas para a sociedade brasileira, bem como para a independência científico tecnológica do país.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

a. Descrição e orientações sobre a avaliação

O acompanhamento e desempenho dos programas será realizado através das informações anuais inseridas na Plataforma Sucupira. A partir de 2017, a atribuição de notas será realizada a cada 4 anos. Periodicamente, o processo de avaliação dos programas tem sido discutido em Seminários de Acompanhamento (veja abaixo), oportunidade de compartilhamento de informações entre os diferentes programas, troca experiências, tendências da área, e disseminação de orientações sobre a avaliação e os relatórios anuais e, em certa medida, tomar conhecimento sobre o desempenho parcial destes programas até aquele momento. No corrente quadriênio, a área realizou apenas um Seminário de Acompanhamento, em agosto de 2015, ao qual compareceram cerca de 90% dos coordenadores dos programas.

A avaliação quadrienal 2017 para a atribuição de notas será realizada por Comissão de Avaliação especialmente designada, a qual será formada por docentes/pesquisadores com notória

experiência em pesquisa, pós-graduação e avaliação acadêmica. Como diretriz geral, os membros da Comissão serão pesquisadores pertencentes a diferentes instituições de ensino e institutos de pesquisa, públicas ou privadas, de distintas regiões brasileiras e atuantes nos diferentes campos afetos à área Medicina I.

As informações relativas ao processo de avaliação serão incluídas na Ficha de Avaliação, tendo como base as recomendações e as diretrizes estabelecidas pelo CTC. Como princípio geral, o desempenho dos programas será avaliado em 2 grandes pilares: 1) meios ou processos; 2) produtos. Os meios incluem a proposta do programa, a infraestrutura de ensino-aprendizado e pesquisa e o corpo docente. Os produtos englobam, sobretudo, as titulações (mestres e doutores) e a produção intelectual (científica e técnica) de docentes e discentes. Também será avaliada a contribuição social e internacionalização do programa. A Ficha de Avaliação será descrita detalhadamente na Parte III deste documento, onde estão indicados os pesos de cada quesito, a descrição e a ponderação dos itens de cada quesito e os referenciais básicos de avaliação.

Esta Ficha de Avaliação incluirá quesitos de abrangência conceitual e avaliação qualitativa (sem valoração numérica) e outros que envolvem aspectos tanto qualitativos como quantitativos do desempenho/atuação do programa, produção intelectual (teses, dissertações e produção bibliográfica) e, inserção e envolvimento social do programa. Cada quesito terá de três a cinco itens de avaliação. Cada item receberá conceitos Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Insuficiente. Cada item possuirá ainda, peso variado e o conceito do quesito resultará da média ponderada dos itens analisados. A avaliação global do programa, por sua vez, resultará da média ponderada dos conceitos dos quesitos.

A seguir, estão descritos os cinco quesitos da avaliação, os seus componentes principais e as formas de aferir cada um deles.

Proposta do programa

Componente inicial e importante do processo avaliativo, a proposta do programa refere-se à concepção, aos fundamentos, aos objetivos e à infraestrutura (física, didático-pedagógica e de pesquisa) que o programa utiliza para formar mestres e doutores. Nela incluem-se ainda o planejamento do programa para o futuro e as suas metas em termos de formação de pessoas e de produção intelectual. Neste quesito serão valorizadas:

- Propostas interdisciplinares que agreguem competências e metodologias que tenham como objetivo a boa formação e a geração de conhecimento novo a ser imediatamente aplicável;
- Deve ser claramente definido o perfil do profissional a ser formado. Este perfil não pode ser dissociado aos objetivos da proposta;

- A proposta não DEVE ter qualquer superposição de objetivos com programas de residência médica ou cursos de especialização ou aprimoramento lato sensu;
- Como prioritárias propostas vinculadas a projetos de intervenção, avaliação ou desenvolvimento de políticas públicas assistenciais e de desenvolvimento tecnológico;
- A relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais;
- A coerência da proposta: DEVE estar justificada a pertinência da(s) área(s) de concentração e a vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa e/ou de atuação profissional e os projetos em desenvolvimento e conseqüentemente, com os trabalhos finais desenvolvidos. A estrutura curricular DEVE proporcionar formação em pesquisa e fundamentos metodológicos;
- No planejamento estratégico, DEVE estar claramente definida a política de contratação/renovação do corpo docente, considerando-se a melhoria e a modernização das linhas de pesquisa. Os novos docentes DEVEM ter as qualificações necessárias para serem integrados imediatamente ao programa. Os programas DEVEM incentivar o credenciamento rápido dos docentes jovens recém-contratados, pós-doutorados e jovens pesquisadores com financiamento de agências de fomento. Todo o apoio DEVE ser dado aos jovens, como apoio institucional, de espaço físico, apoio financeiro por parte da instituição, credenciamento rápido e regras menos rígidas para que os mesmos sejam considerados permanentes. Para o quadriênio 2013-2016 serão considerados como jovens docentes pesquisadores (JDP), os docentes permanentes que defenderam o Doutorado a partir de 2010, incluindo 2010. Os critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente permanente e a auto avaliação do programa DEVEM ser explicitados e estar em consonância com os critérios de avaliação utilizados pela CAPES. É desejável que o Programa de Pós-Graduação tenha conhecimento sobre o destino dos seus egressos.
- DEVEM estar disponíveis para avaliação as atividades do curso: infraestrutura de laboratórios, equipamentos, biblioteca, recursos humanos no setor de administração e acesso à internet. O relatório DEVE conter uma avaliação dos principais problemas de infraestrutura e as ações e estratégias para solucioná-los. O relatório DEVE contemplar um plano de modernização/expansão dos laboratórios e do parque instrumental;
- O PPG DEVE estar inserido em uma instituição que demonstre a capacidade de iniciativas e efetiva participação em estudos clínicos através de infraestrutura de pesquisa própria, indicação de registros de estudos e cortes clínicos formalizados; Também de efetiva capacidade de desenvolvimento, manutenção e uso de infraestrutura (Laboratórios como *Core Facilities*), Equipamentos multiusuários, Projetos Integrados etc.) comum destinada à experimentação clínica ou animal;
- E, consideradas as excepcionalidades, para programas notas 5, 6 ou 7, que estes sejam capazes de demonstrar contribuições Institucionais de estímulo à docência e a formação em pesquisa. Isto através da valorização de providências que promovam a instalação de:

Programas Institucionais de MD/PhD (Médico-pesquisador); ou de formação em pesquisa durante a residência médica (modelo *Fellowship*); ou Mestrado Profissional e Residência Médica, para os interessados, como mecanismo de estímulo e identificação de talentos para docência/pesquisa durante a formação médica.

Corpo docente

A área prioritariamente valoriza o perfil e o desempenho dos docentes permanentes (DP). Docentes colaboradores (DC) e visitantes (DV) têm impacto positivo no programa desde que contribuam com competências e ações importantes para o desenvolvimento do programa, com intercâmbios produtivos e produtos de boa qualidade. A sustentação de cada programa, contudo, DEVE estar alicerçada sempre no conjunto de seus **docentes permanentes**.

Além das proporções do corpo docente (estabelecidas no documento de APCN da área) e sua inserção na graduação e pós-graduação serão levados em consideração os seguintes aspectos na análise do corpo docente:

- Em caráter transitório e excepcional considerar a participação de Docentes de outras IES ou Instituto de Pesquisa em até 30% do Corpo Docente Permanente, mesmo que este docente já esteja vinculado a outro programa como DP para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A participação de docentes de outras Instituições como permanentes DEVE ser aprovada entre estas e não ultrapassar a dois programas de pós-graduação;
- O número mínimo de docentes permanentes para implantação de mestrado acadêmico ou profissional: 10 e, para cursos de Doutorado: 15;
- Os programas já reconhecidos pela CAPES com curso de doutorado que não tenham em seu corpo docente 15 ou mais professores, não progredirão para notas superiores;
- Será considerada e valorizada a participação de Jovens Pesquisadores e Pós-doutorados como docentes, a partir deste momento chamados de jovens docentes pesquisadores (JDP), desde que apresentando vínculo ou financiados por agências de fomento. Os JDP são definidos como aqueles que defenderam o doutorado a partir de 2010, incluindo 2016, portanto nos últimos 7 anos. A inclusão destes jovens pesquisadores não DEVE comprometer a avaliação dos programas/cursos aos quais estarão vinculados;
- Adicionalmente, programas que apresentem formação em áreas de concentração em Ensino, por se tratar de prioridade na área e em decorrência do pequeno número de pesquisadores qualificados neste campo, a produção intelectual qualificada sob a forma de publicações completas será calculada dividindo a produção do Programa pelo número de docentes permanentes, excluindo os docentes permanentes pertencentes a esta área;
- Serão analisados os percentuais de docentes permanentes com orientações em andamento e com participação didática na pós-graduação, calculados excluindo os JDP, (DP = DP total – JDP);

- Será examinada a projeção nacional e internacional do corpo docente, participação em consultorias, como professores visitantes em Instituições no exterior, Editores de periódicos científicos e membros de Conselho Editorial de periódicos de circulação internacional. A área vai considerar a percentagem de docentes permanentes com pós-doutoramento (%PosDoc/Doc Permanente), calculada excluindo os jovens docentes permanentes (JDP) que não fizeram pós-doutorado. Os JDP são definidos como aqueles que defenderam o doutorado a partir de 2010, incluindo 2010, portanto nos últimos 7 anos;
- A área definiu como limite máximo de orientações, somados todos os programas, incluindo Minter, Dinter e Procad ou Mestrado em regiões estratégicas, os seguintes parâmetros:
 - A relação Alunos/DP acima de 9 e até 20 alunos por docente permanente DEVE ser restrita a 40% do Corpo Docente Permanente para cursos com nota 5 ou superior; 20% para cursos 4 e 0% para cursos 3;
 - Para os professores permanentes que admitam entre 9 e 20 alunos DEVEM ser respeitados os seguintes critérios qualitativos: a) o fluxo de alunos titulados DEVE ser igual a 35%; b) o DP DEVE apresentar produção intelectual compatível com a nota do programa/Curso;
- Examinar comparativamente a capacidade do corpo docente permanente de captar recursos bem como os valores captados em projetos de pesquisa financiados por agências de fomento nacionais e internacionais;
- Para cursos com nota 5 ou superior será valorizada a percentagem de docentes permanentes com bolsas de Produtividade em Pesquisa ou equivalente, sênior e de Inovação Tecnológica do CNPq, ou equivalente. Calculada excluindo JDP, (DP = DP total – JDP). Caso esses docentes tenham contribuição no numerador, ela DEVE ser contabilizada;
- O total de Recursos destinados à pesquisa obtidos pelos Docentes Permanentes do PPG será avaliado neste quesito. As informações sobre a origem dos recursos DEVEM ser indicadas individualmente, para cada DP (e incluídas nas Considerações Gerais do Relatório).

Corpo Discente

Para o corpo discente será valorizado os seguintes aspectos:

- Número de titulações calculada excluindo os jovens docentes permanentes JDP ($DP = DP \text{ total} - JDP$). Caso esses docentes tenham contribuição no numerador, ela DEVE ser contabilizada;
- Percentagem de docentes permanentes com orientações concluídas no período. Calculada excluindo os jovens docentes permanentes JDP ($DP = DP \text{ total} - JDP$). Caso esses docentes tenham contribuição no numerador, ela DEVE ser contabilizada;
- Considerada as excepcionalidades, não poderão ter conceito MB nesse quesito, Programas que: 1) tiverem docentes com um número de alunos maior que o permitido e que não apresentarem produção intelectual e de formação compatível com a nota pregressa do programa/curso; ou 2) apresentam mais de 10% de docentes permanentes sem pelo menos duas orientações no quadriênio, excluindo os JDP;
- Tendo em conta o item anterior, recomenda-se que:
 - ✓ Uma proporção ≤ 2 alunos/DP/quadriênio não ultrapasse a 10% DP em cursos nota 5 ou superior; não supere a 20% para cursos 4 e, a 40% para cursos 3;

Serão também avaliados:

- ✓ A razão de discentes e egressos autores com publicações em relação ao número de titulados (soma dos produtos com autoria discente no quadriênio/número de alunos titulados no triênio);
- ✓ O número de publicações com autoria discente/total de publicações do Programa;
- ✓ A qualidade da produção discente com base no *WebQualis* periódicos da área;
- A relação teses/dissertações (T/D) defendidas no período reflete o perfil e a consolidação do programa na formação de doutores; assim, para programas nota 5 espera-se que esta razão seja $\geq 0,5$; Para os programas 6 e 7 a razão T/D será estratificada por percentis para distinção dos cursos.
- Serão consideradas as medianas do tempo de titulação de mestres e doutores.

Produção intelectual e formação de mestres e doutores

Os principais produtos de um programa de pós-graduação são: 1) produção intelectual feita por docentes e discentes; 2) formação de pessoas. A produção intelectual é representada por produtos científicos ou técnicos produzidos no campo de atuação do programa. As publicações

científicas, sob a forma de artigos completos publicados em periódicos científicos ou de patentes licenciadas, são o principal indicador neste quesito, avaliadas conforme os critérios abaixo:

- Os principais indicadores de cada um dos quesitos da ficha de avaliação serão baseados essencialmente em numeradores ligados ao desempenho discente (produção de artigos - com discentes e egressos até 4 anos da defesa, patentes, defesas de teses e dissertações). Para o Mestrado Profissional a critério da comissão de avaliação e a pertinência da produção, livros e capítulos de livros, e outros produtos técnicos e atividades voltadas ao ensino poderão ser considerados;
- Quanto aos docentes permanentes (DP), considera-se como referencial o desempenho atingido por, pelo menos, 80% do conjunto deles. Para as publicações dos discentes, leva-se em conta tanto os alunos matriculados (mestrandos e doutorandos) quanto os egressos (4 anos após a defesa);
- A produção técnica exceto patentes, considerada como produção nos cursos acadêmicos, relatórios técnicos, protocolos, diretrizes, livros, capítulos de livros, entre outros serão valorizados apenas no Mestrado Profissional;
- A distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa considerará o número de pontos atingidos por, pelo menos, 80% dos docentes permanentes e, para programas com notas 5, 6 ou 7 que pelo menos 10% da produção intelectual apresente colaboração internacional, para obtenção do conceito MB;
- Salvo exceções, a área excluirá da produção intelectual os editoriais e estudos multicêntricos publicados, como produtos ligados à formação pós-graduada acadêmica e cuja autoria não esteja inserida nas normas estabelecidas pelo *International Committee of Medical Journal Editors Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals (ICMJE Recommendations 2013)*;
- A produção científica será pontuada, tanto para os docentes como para os discentes, mediante a multiplicação do número de artigos publicados pelo valor atribuído para cada estrato do *Qualis Periódicos*. Será particularmente valorizada a produção nos estratos A1, A2 e B1, particularmente nos programas que oferecem doutorado;
- Distribuição e valorização da produção qualificada do programa levará em conta, prioritariamente, a sua relação com corpo docente permanente do Programa e sua vinculação a dissertações ou teses.
- Para todos os programas/cursos da área serão avaliadas até 2 publicações, informadas pelo próprio docente permanente do programa/curso, nos últimos 7 anos, com as seguintes características: **a.** estejam vinculados ao(s) tema(s) do PPG; **b.** incluam discentes ou egressos do Programa/Curso; **c.** apresentem o número de citações obtidas por um período de até 7 anos. Estas informações DEVEM ser incluídas no último Relatório do quadriênio nas Considerações Gerais do Programa; A partir dessas informações serão

calculados: o Índice H do Programa; a somatória dos impactos das publicações com discente; a somatória das citações dos artigos com discente nos últimos 7 anos. Será também calculado o índice de citações (publicações incluindo discente ou egresso com pelo menos 1 citação ponderada pelo total de publicações com discente nos últimos 4 anos; Estes índices serão estratificados por percentis para distinção dos cursos e, DEVERÃO ser 25% maior que a mediana da área para programas notas 6 e 7. ***Esta lista de publicações DEVE ser informada nas Considerações Gerais do Relatório referente ao ano de 2016.***

- Como produção técnica, e tanto para os Programas/Cursos Acadêmicos como para o Mestrado Profissional, serão valorizados o número de Registros ou Patentes depositadas, concedidas, licenciadas ou publicadas no exterior. Neste aspecto, as patentes terão pesos diferentes em função do seu estágio e da participação de discente do programa: (Patentes depositadas = 1; Patentes depositadas com discente ou egresso do programa = 2; Patentes concedidas = 4; Patentes concedidas com discente ou egresso do programa = 8; Patentes licenciadas = 10; Patentes licenciadas com discente ou egresso do programa = 20) calculada excluindo os jovens docentes permanentes JDP ($DP = DP \text{ total} - JDP$). Caso esses docentes tenham contribuição no numerador, ela DEVE ser contabilizada. Nos casos em que a Instituição recebeu royalties relativos às patentes com envolvimento dos docentes/discentes do programa, indicar o valor no triênio;
- Uma vez que 50% (pontos) da produção intelectual, para cursos nota 5 ou superior DEVEM incluir produções dos extratos A1, A2 e B1, as produções do extrato B1 poderão ser substituídas por patentes publicadas no JCR ou Patentes licenciadas = 10 ou Patentes licenciadas com discente ou egresso do programa = 20.

Inserção Social

A inserção social do programa pode demonstrar a efetiva consolidação e liderança nacional do Programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação. Adicionalmente aos impactos educacional, tecnológico, sanitário os programas serão avaliados qualitativamente, tendo em conta:

- O desempenho do Programa na formação de recursos humanos e na nucleação de grupos de pesquisa em outros estados e regiões do país, sendo considerados a situação atual e o histórico do Programa como formador de recursos humanos, considerando a inserção dos discentes e egressos no sistema de pesquisa e pós-graduação;
- O percentual de Egressos dos programas de pós-graduação inseridos em funções de docência e pesquisa desenvolvendo atividades de pesquisa em IES, Instituto de Pesquisa, Indústria etc.

- Outro aspecto importante é a inserção dos alunos e docentes de pós-graduação em programas de transferência de conhecimento e impacto social; estes aspectos DEVEM ser aprimorados para melhor avaliação futura;
- Neste quesito serão também avaliados e valorizados a efetiva preocupação institucional com a Ética e Integridade em pesquisa Institucional (Códigos, Com de Boas Práticas, Disciplinas etc.); O programa DEVE descrever as medidas relativas à Integridade em Pesquisa tomadas pelo Programa de Pós-graduação.

b. Considerações e propostas advindas dos SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

II Seminário de Acompanhamento Medicina I – Agosto de 2015

Os coordenadores de área de Medicina I se reuniram em agosto de 2015 no edifício sede da CAPES em Brasília com um expressivo número de coordenadores de programas/cursos credenciados pela CAPES com notas de 3 (três) a 7 (sete) na última Avaliação Trienal (2013). Durante o Seminário de Acompanhamento da Área de Medicina I houve uma aberta e clara discussão sobre as diferentes visões acerca dos aspectos que norteiam a pós-graduação nesta profícua e importante área de conhecimento, particularmente, sobre o processo de avaliação e seus critérios. Este relatório exprime os pontos mais relevantes desta segunda Reunião com os Coordenadores de Programas e Cursos. As discussões em todo o momento tiveram como diretrizes a qualidade da produção dos programas, a manutenção de um processo isento de avaliação e credenciamento e a troca de experiências, levantando-se pontos positivos ou negativos que possam ser utilizados por todos os coordenadores no gerenciamento de seus programas. Espera-se que este possa servir de subsídio para o desenvolvimento qualificado de todos os programas. Há um grande compromisso e disposição dos coordenadores em modificar o rumo de seus programas e cursos de pós-graduação; As modificações sugeridas na proposta dos programas e cursos a serem implementadas durante o quadriênio corrente serão analisadas e avaliadas tendo em conta tal empenho de mudança; Medidas institucionais nomeadas acima são fundamentais para o sucesso das mudanças a serem implantadas. Algumas mudanças que serão implementadas nos documentos de avaliação mostram, principalmente, o desenvolvimento e maturidade desta área. Outras vão à direção de unificar a maioria dos critérios utilizados pelas áreas de Medicina I, II e III. Tendo em conta que a formação na pós-graduação é prioritária para o país é importante que em todos os níveis esteja claro que esta atividade requer recursos financeiros, núcleo docente capaz e infraestrutura adequada à pesquisa.

Os seguintes aspectos foram estabelecidos:

1. Indicação de Coordenador-Adjunto para o Mestrado Profissional que participará do Processo de Avaliação destes programas, com critérios específicos (definidos a seguir nas fichas de avaliação). Este Coordenador participará da lista de consultores da Comissão de Avaliação 2013.
2. Definição e estabelecimento de Critérios para avaliação de produtos dos Mestrados Profissionais.

PROPOSTA DO CURSO (Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica)

- a) Propostas interdisciplinares que agreguem competências e metodologias que tenham como objetivo a boa formação e a geração de conhecimento novo a ser imediatamente aplicável;
- b) Deve ser claramente especificado o perfil do profissional a ser formado. Este perfil não pode ser dissociado aos objetivos da proposta;
- c) A proposta não DEVE ter qualquer superposição de objetivos com programas de residência médica ou cursos de especialização ou aprimoramento lato sensu;
- d) Prioritárias propostas vinculadas a projetos de intervenção, avaliação ou desenvolvimento de políticas públicas assistenciais e de desenvolvimento tecnológico;
- e) Relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais;
- f) Coerência da proposta: DEVE estar justificada a pertinência da (s) área (s) de concentração e a vinculação desta (s) com as linhas de pesquisa e/ou de atuação profissional e os projetos em desenvolvimento e conseqüentemente, com os trabalhos finais desenvolvidos. A estrutura curricular DEVE proporcionar formação em pesquisa e fundamentos metodológicos.

CORPO DOCENTE (Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso)

- a) Constituído por professores com demonstrada produção técnica, científica e profissional vinculada à temática da proposta;
- b) Será permitida a participação deste corpo docente permanente em um terceiro curso de Mestrado Profissional, desde que isto ocorra numa mesma instituição sede;
- c) Deve incluir pelo menos 10 docentes permanentes, 70% dos quais, no mínimo, com vínculo em tempo integral à Instituição. Os docentes DEVEM estar trabalhando na instituição há pelo menos um ano;
- d) Os docentes permanentes DEVEM ter experiência na orientação, no mínimo, de alunos de iniciação científica ou trabalho de conclusão de curso.

PRODUÇÃO INTELECTUAL (Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica e técnica)

- a) Para alcançar a nota 3, a produção intelectual média dos docentes permanentes DEVE corresponder a, no mínimo, 160 pontos no quadriênio anterior, além de que, 80% ou mais com produção intelectual individual de pelo menos 160 pontos no quadriênio anterior;
- b) Docentes DEVEM comprovar produção técnica relacionada com a área do curso;
- c) Para efeito de pontuação, serão considerados publicação de artigos completos em periódicos, registros de patentes, publicados em bases internacionais e produção técnica de qualidade compatível com a proposta, como produção complementar à produção intelectual (esta será analisada qualitativamente pelo comitê de área).

e. Critérios para avaliação dos Programas Acadêmicos:

- As discussões disseram respeito aos fundamentos e à estrutura que o programa utiliza para formar mestres e doutores;
- Não DEVERÃO ser recomendados ou aprovados programas que mostrem claramente incoerência entre objetivos de formação e o processo de formação: Área de Concentração/Linhas de Pesquisa/ Disciplinas com conteúdo científico e metodológico/Projetos de pesquisa;
- Esta não aprovação DEVE ocorrer mesmo que os demais quesitos, abaixo analisados, estejam adequados; o parecer DEVE sugerir a reformulação da proposta ou visita pedagógica;
- Em caráter transitório e excepcional considerar a participação de Docentes de outras IES ou Instituto de Pesquisa em até 30% do Corpo Docente Permanente, mesmo que este docente já esteja vinculado a outro programa como DP para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A participação de docentes de outras Instituições como permanentes DEVERÁ ser aprovada entre estas instituições e, não DEVERÁ ultrapassar a dois programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- O número mínimo de docentes permanentes para implantação de mestrado acadêmico ou profissional: 10 e, para cursos de Doutorado: 15.
- Os programas já reconhecidos pela CAPES com curso de doutorado que não tenham em seu corpo docente 15 ou mais professores, não progredirão para notas superiores.
- Será considerada e valorizada a participação de Jovens Pesquisadores e Pós-doutorados como docentes, desde que financiados por agências de fomento. A inclusão destes jovens pesquisadores não DEVERÁ comprometer a avaliação dos programas/cursos aos quais estarão vinculados;
- Adicionalmente, programas que apresentem formação em áreas de concentração em Ensino, por se tratar de prioridade na área e em decorrência do pequeno número de

- pesquisadores qualificados neste campo, a produção intelectual qualificada (publicações, dissertações e teses) será calculada dividindo a produção do Programa pelo número de docentes permanentes, excluindo os jovens docentes permanentes;
- Considera a atuação do conjunto de docentes em relação ao oferecimento de disciplinas, participação em projetos de pesquisa e orientação discente no triênio;
 - Foram definidos pela área o número médio de orientações por docente permanente (número de orientações/total de docentes permanentes), bem como a proporção de docentes permanentes acima de 8 alunos por orientador no período; Analisando os dados (tabela abaixo) dos programas e cursos que a constitui, com respeito ao limite máximo da relação número de alunos/docente permanente (RDisc/DP), recomenda que o limite máximo para RDisc/Doc não seja superior a 20, somados todos os programas nos quais o docente participa, sejam da mesma área de avaliação ou não;
 - A relação RDisc/Doc de 9 a 20 alunos por docente permanente DEVE ser restrita a 40% do Corpo Docente Permanente para cursos com nota 5 ou superior; 20% para cursos 4 e 0% para cursos 3;
 - Recomenda que apenas 10% Corpo Docente Permanente para cursos com nota 5 ou superior orientem um número \leq a 2 alunos por quadriênio; e assim define, respectivamente, que este número não supere a 20% para cursos 4 e a 40% para cursos 3 tendo em conta a necessidade de atender a manutenção da homogeneidade de atividades mínimas estabelecidas no documento de área;
 - Recomenda ainda, em cursos e programas que admitam a relação entre 9 e 20 alunos por DP, sejam respeitados os seguintes critérios: a) o fluxo de alunos titulados DEVE ser igual a 35% do número de seus alunos no triênio; b) o DP DEVE apresentar produção intelectual compatível com a nota do programa/Curso e, vinculada ao corpo discente (graduação e pós-graduação).
 - Quanto ao limite mínimo de orientações de aluno/DP, recomenda-se que: (1) a relação \leq a 2 alunos/DP/triênio não ultrapasse a 10% DP em cursos nota 5 ou superior; (2) não supere a 20% para cursos 4 e, (3) a 40% para cursos 3 (Figura 7);
 - Quanto ao limite máximo somados todos os programas, incluindo Minter, Dinter e Procad ou Mestrado em regiões estratégicas, independentemente da área, considera-se o seguinte: (1) A relação Alunos/DP acima de 9 a 20 alunos por docente permanente DEVE ser restrita a 20% do Corpo Docente Permanente para cursos com nota 5 ou superior; 10% para cursos 4 e 0% para cursos 3 (Figura 7);

Figura 7. Valores Médios docentes, discentes, docentes com número superior a 8 alunos por Programa de Pós-graduação na área 15 – Medicina I

PPG				
Notas	Nº DP	Nº Discentes	DP≥8 (por PPG)	DP≤2 (%)
3	12,0	28,6	0,14 (1/7)	7,1
4	18,7	59,2	0,96 (9/27)	9,3
5	22,3	60,3	0,44 (6/18)	12,5
6	24,1	83,5	1,66 (3/6)	10,6
7	25,4	93,4	2,60 (3/5)	12,8

Legenda: PPG: Programa de Pós-Graduação; Discente: Discente; DP: Docente Permanente; DP≥8: DP com mais de 8 alunos (%); DP≤2: DP com menos de 2 alunos/triênio (%).

- Para os programas que admitam DP com uma relação Discente/DP entre 9 e 20 alunos DEVEM ser respeitados os seguintes critérios qualitativos: a) o fluxo de alunos titulados DEVE ser igual a 35%; b) o DP DEVE apresentar produção intelectual compatível com a nota do programa/Curso;
- Considera como adequado para a área que o tempo médio de titulação de mestres e doutores seja de no máximo 30 meses para o mestrado e 54 meses para o doutorado;
- E, que uma vez que 50% (pontos) da produção intelectual, para cursos nota 5 ou superior DEVEM incluir produções dos estratos A1, A2 e B1, as produções do estrato B1 poderão ser substituídas por patentes publicadas no JCR;
- Foram também discutidos os critérios de internacionalização para os cursos e programas que constam do documento de área em sua Ficha de Avaliação para 2016;
- Os Programas (Mestrado e Doutorado) com notas 3 em 3 avaliações consecutivas? Quanto a estes programas a área estabelece que os mesmos sejam avaliados com extrema atenção neste quadriênio; DEVEM demonstrar evolução com o risco do Curso de Doutorado ser descredenciado;
- Os Coordenadores dos Programas discutiram e entenderam ser necessário para o próximo quadriênio implementar medidas que se avalie a situação dos egressos definindo:

- ✓ Onde estão?
 - ✓ Desenvolvem atividade de pesquisa ou docência?
 - ✓ Estão vinculados à IES?
 - ✓ Estão em Empresas?
 - ✓ Conseguiram nuclear grupos de pesquisa?
 - ✓ Conseguiram ter acesso a recursos? Etc.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	<p>Diz respeito aos fundamentos e à estrutura que o programa utiliza para formar mestres e doutores, em termos de proposta curricular e de atividades de investigação, nesta incluindo área(s) de concentração, linha(s) e projetos de pesquisa. A coerência do Programa/Curso DEVE ser claramente definida pela pertinência da(s) área(s) de concentração e a vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa em desenvolvimento e conseqüentemente, aos trabalhos finais (dissertações e teses) desenvolvidos. A estrutura curricular DEVE proporcionar formação em pesquisa e em fundamentos metodológicos e éticos;</p> <p>a) Não será recomendada a aprovação de programas ou cursos que mostrem claramente incoerência entre objetivos de formação e o processo de formação: Área de Concentração/Linhas de Pesquisa/ Disciplinas com conteúdo científico e metodológico/Projetos de pesquisa e, dissertações e teses;</p> <p>Serão avaliados como relevantes e adequados os Programas ou Cursos que apresentem:</p> <p>b) Características interdisciplinares, de tal forma que agreguem competências e metodologias que tenham como objetivo a boa formação e a geração de conhecimento novo a ser imediatamente aplicável;</p> <p>c) Definição clara sobre o perfil profissional do Egresso. Este perfil não pode ser dissociado dos objetivos da proposta;</p> <p>d) Ausência de qualquer sobreposição de objetivos com programas de residência médica ou cursos de especialização ou aprimoramento lato sensu;</p> <p>e) Prioritariamente, quando pertinente, vínculo a projetos de intervenção, avaliação ou</p>

		<p>desenvolvimento de políticas públicas assistenciais e de desenvolvimento tecnológico;</p> <p>f) Relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais.</p>
<p>1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>	<p>30%</p>	<p>Examinar as ações estratégicas que o programa pretende desenvolver nos próximos anos, visando o seu constante aprimoramento. Para isso, é preciso levar em conta as mudanças, os avanços e as tendências que DEVEM ocorrer no país e no mundo na formação pós-graduada na sua área de atuação.</p> <p>Incluir no Relatório anual do Programa/Curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A lista de jovens docentes pesquisadores (até 6 anos após doutoramento) que atuam no programa como docentes com algum vínculo institucional (projetos de pesquisa, bolsas, vínculo empregatício etc.); b) A relação de alunos de Iniciação Científica: bolsa, vinculação, número etc.; c) A relação de Pesquisadores com bolsa de produtividade de origens diversas: FAPs, CNPq etc.; d) A lista de financiamentos: tipos, valores, origem, nome do projeto; e) A relação de convênios e interações nacionais e internacionais; f) No planejamento estratégico, DEVE estar claramente definida a política de contratação/renovação do corpo docente, considerando-se a melhoria e a modernização das linhas de pesquisa. Os novos docentes DEVEM ter as qualificações necessárias para serem integrados imediatamente ao programa. g) Os programas DEVEM incentivar o credenciamento rápido dos docentes jovens recém-contratados, pós-doutorados e jovens pesquisadores com financiamento de agências de fomento. Todo o apoio DEVE ser dado aos jovens, como apoio institucional, de espaço físico, apoio financeiro por parte da instituição, credenciamento rápido e regras menos rígidas para que os mesmos sejam considerados permanentes. Para o quadriênio

		<p>2013-2016 serão considerados como jovens docentes pesquisadores, os docentes permanentes que defenderam o Doutorado a partir de 2010, incluindo 2010.</p> <p>h) Os critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente permanente e a auto avaliação do programa DEVEM ser explicitados e estar em consonância com os critérios de avaliação utilizados pela CAPES.</p> <p>i) É desejável que o Programa de Pós-Graduação tenha conhecimento sobre o destino dos seus egressos.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p align="center">30%</p>	<p>Examinar a descrição da infraestrutura do Programa no que se refere a espaços físicos diversos, tais como: laboratórios, equipamentos, recursos de informática e biblioteca.</p> <p>a) Devem estar disponíveis para avaliação quadrienal a descrição de infraestrutura de laboratórios, equipamentos, biblioteca, recursos humanos no setor de administração e acesso à internet. O relatório DEVE conter uma avaliação dos principais problemas de infraestrutura e as ações e estratégias para solucioná-los. O relatório DEVE contemplar um plano de modernização/expansão dos laboratórios e do parque instrumental;</p> <p>b) O PPG/Curso de pós-graduação DEVE estar inserido em uma instituição que demonstre a capacidade de iniciativas e efetiva participação em estudos clínicos através de infraestrutura de pesquisa própria, indicação de registros de estudos e cortes clínicos formalizados. Também de efetiva capacidade de desenvolvimento, manutenção e uso de infraestrutura (Laboratórios como <i>Core Facilities</i>), Equipamentos multiusuários, Projetos Integrados etc.) comum destinada à experimentação clínica ou animal;</p> <p>c) E, consideradas as situações excepcionais, para programas notas 5, 6 ou 7, que suas instituições sejam capazes de demonstrar iniciativas que contribuam para o estímulo à docência e a formação em pesquisa. Isto através da valorização de providências que promovam a instalação de: Programas</p>

		Institucionais de MD/PhD (Médico-pesquisador); ou de formação em pesquisa durante a residência médica; ou Mestrado Profissional associado à Residência Médica, para os interessados, como mecanismo de estímulo e identificação de talentos para docência/pesquisa durante a formação médica.
2 – Corpo Docente	15%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	10%	<p>Leva em conta que todos os docentes do Programa/Curso sejam doutores; a existência de formação adequada e experiência para o desenvolvimento das metas de formação e aos objetivos do Programa; a projeção acadêmica nacional ou internacional do corpo docente permanente; a existência e estímulo do Programa a formação pós-doutoral do corpo docente; a inclusão de jovens talentos em atividade de pesquisa (pós-doutorados ou jovens pesquisadores) como docentes do programa; examinar também a adequação da composição e distribuição dos docentes nas diferentes categorias: permanentes, colaboradores e visitantes.</p> <p>A área prioritariamente valoriza o perfil e o desempenho dos docentes permanentes (DP). Docentes colaboradores (DC) e visitantes (DV) têm impacto positivo no programa desde que contribuam com competências e ações importantes para o desenvolvimento do programa, com intercâmbios produtivos e produtos de boa qualidade. A sustentação de cada programa, contudo, DEVE estar alicerçada sempre no conjunto de seus docentes permanentes.</p> <p>Além das proporções adequadas na composição do corpo docente (estabelecidas no documento de APCN da área) e sua inserção na graduação e pós-graduação serão levados em consideração os seguintes aspectos na análise do corpo docente:</p> <p>a) Examinar se o programa/curso atende aos critérios da área que definem a participação de Docentes como Permanentes em no máximo 3 (três) PROGRAMAS, dentre os quais 01 Mestrado Profissional. Pelo estabelecido nos Critério de Área para APCN, será aceita, em caráter excepcional e transitório, a participação, em até 30% do corpo docente permanente, de professores e</p>

		<p>pesquisadores de outras IES públicas quando o Programa/Curso estiver situado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A participação de docentes de outras Instituições como permanentes DEVERÁ ser aprovada entre estas e não ultrapassar a dois programas de pós-graduação;</p> <p>b) O número mínimo de docentes permanentes para implantação de mestrado acadêmico ou profissional: 10 e, para cursos de Doutorado: 15;</p> <p>c) Os programas já reconhecidos pela CAPES com curso de doutorado que não tenham em seu corpo docente 15 ou mais professores, não progredirão para notas superiores;</p> <p>d) Será considerada e valorizada a participação de Jovens Pesquisadores e Pós-doutorados como docentes, a partir deste momento chamados de jovens docentes pesquisadores (JDP), com vínculo institucional ou financiados por agências de fomento. Os JDP são definidos como aqueles que defenderam o doutorado a partir de 2010, incluindo 2016, portanto nos últimos 7 anos.</p> <p>e) A inclusão destes jovens pesquisadores e de docentes permanentes vinculados à área de Ensino, não DEVE comprometer a avaliação dos programas/cursos aos quais estarão vinculados;</p> <p>f) Adicionalmente, programas que apresentem formação em áreas de concentração em Ensino médico (por se tratar de prioridade na área e, em decorrência do pequeno número de pesquisadores qualificados neste campo) terão a produção intelectual qualificada (publicações) calculada dividindo a produção do Programa pelo número de docentes permanentes, excluindo os docentes permanentes que atuam na área de concentração em Ensino;</p> <p>g) Serão analisados os percentuais de docentes permanentes com orientações em andamento e com participação didática na pós-graduação, calculados excluindo os JDP, (DP = DP total – JDP);</p>
--	--	---

		h) Será examinada a projeção nacional e internacional do corpo docente, participação em consultorias, como professores visitantes em Instituições no exterior, Editores de periódicos científicos e membros de Conselho Editorial de periódicos de circulação internacional. A área vai considerar a percentagem de docentes permanentes com pós-doutoramento (%PósDoc/Doc Permanentes), calculada excluindo jovens docentes permanentes (JDP) caso estes não tenham feito estágio de pós-doutoramento.
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	Avaliar a atuação do conjunto de docentes permanentes em disciplinas de pós-graduação; a distribuição homogênea vinculação integral dos docentes permanentes em projetos de pesquisa e orientação discente.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	Examinar e valorizar o equilíbrio entre as atividades de formação de docentes/pesquisadores e de pesquisa do corpo docente permanente do programa/curso.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver vinculado a cursos de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	20%	Examinar a proporção de docentes que se envolvem em aulas de graduação e na orientação de alunos em projetos de pesquisa (iniciação científica).
2.5. Captação de recursos e bolsas de apoio à pesquisa em agências de fomento à pesquisa.	10%	Examinar comparativamente a capacidade do corpo docente permanente de captar recursos, bem como, os valores captados em projetos de pesquisa financiados por agências de fomento nacionais e internacionais. As informações sobre a origem dos recursos DEVEM ser indicadas individualmente, para cada DP (e incluídas nas Considerações Gerais do Relatório). Prioritariamente para programas/cursos com notas 5, 6 e 7, examinar qualitativa e comparativamente o número de docentes permanentes: (1) com bolsa de produtividade em pesquisa (de agências nacionais, estaduais ou internacionais) ou equivalente, sênior e

		<p>de Inovação Tecnológica do CNPq, ou equivalente. Calculadas excluindo JDP, ($DP = DP \text{ total} - JDP$).</p> <p>Caso esses docentes tenham contribuição no numerador, ela DEVERÁ ser contabilizada; (2) docentes do programa que participam como docentes visitantes de outras IES, no país ou no exterior; (3) docentes permanentes que mantêm atividade de consultoria em agências de pesquisa/fomento; (4) docentes permanentes que pertencem ao corpo editorial de periódicos.</p>
3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente.	20%	<p>Serão examinados quantitativamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Percentual médio de orientações concluídas por docente permanente para programas/cursos com pelo menos duas avaliações trienais prévias; b) A percentagem de docentes permanentes com orientações concluídas no período será calculada excluindo os jovens docentes pesquisadores JDP ($DP = DP \text{ total} - JDP$). Caso esses docentes tenham contribuição no numerador, ela DEVERÁ ser contabilizada; c) A distribuição percentual de docentes com pelo menos 02 (duas) orientações de Mestrado ou de Doutorado concluídas no quadriênio; d) O número de titulações será calculado excluindo os jovens docentes pesquisadores JDP ($DP = DP \text{ total} - JDP$). Caso esses docentes tenham contribuição no numerador, ela DEVERÁ ser contabilizada.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	<p>Serão examinados quantitativamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Número médio de orientações por docente permanente (número de orientações/total de docentes permanentes); b) No caso acima, espera-se que apenas 10% Corpo Docente Permanente para cursos com nota 5 ou superior orientem um número ≤ 2 alunos por quadriênio; e assim define, respectivamente, que este número não supere 20% para cursos 4 e 40% para cursos 3, tendo em conta a necessidade de atender a manutenção da homogeneidade de

		<p>atividades mínimas estabelecidas nesse documento de área;</p> <p>c) Situações Especiais: A relação de 9 a 20 alunos por docente permanente DEVE ser restrita a 20% do Corpo Docente Permanente para cursos com nota 5 ou superior; 10% para cursos 4 e 0% para cursos 3;</p> <p>d) Para os Cursos/Programas que admitam a relação entre 9 e 20 alunos por DP DEVE ser respeitado os seguintes critérios qualitativos: a) o fluxo de alunos titulados DEVE ser igual a 35% do número de seus alunos no quadriênio; b) o DP DEVE apresentar produção intelectual compatível com a nota do programa/Curso e, c) esta DEVE estar vinculada ao corpo discente (graduação e pós-graduação);</p> <p>e) Considerada aspectos excepcionais, não poderão ter conceito MB nesse quesito, Programas que: 1) tiverem docentes com um número de alunos maior que o permitido e que não apresentem uma produção intelectual e de formação compatível com a nota pregressa do programa/curso; ou 2) apresentam mais de 10% dos docentes permanentes sem pelo menos duas orientações no quadriênio, excluindo os JDP;</p> <p>f) Tendo em conta que a razão teses/dissertações (T/D) defendidas no período reflete o perfil e a consolidação do programa na formação de doutores; para programas nota 5 espera-se que esta razão seja \geq a 0,5. Para os programas 6 e 7 a razão T/D será estratificada por percentis para distinção dos cursos.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p align="center">50%</p>	<p>A qualidade das teses e dissertações é medida, sobretudo, pelos artigos completos publicados pelos discentes e egressos do programa relativos às teses e dissertações concluídas. Neste caso, a razão de discentes e egressos autores com publicações em relação ao número de titulados (soma dos produtos com autoria discente no quadriênio/número de alunos titulados no triênio); o número de publicações com autoria discente/total de publicações do Programa; e, a qualidade da produção discente com base no WebQualis periódicos da área serão examinados</p>

		<p>quantitativamente pelos seguintes indicadores:</p> <p>A. Indicador 1: A razão de publicações envolvendo discentes ou egressos autores (nos últimos 3 anos) em relação ao número de titulados (soma dos produtos com autoria discente no quadriênio/número de alunos titulados no quadriênio).</p> <p>B. Indicador 2: O número percentual de publicações com autoria discente/total de publicações do Programa.</p> <p>C. Indicador 3: A qualidade da produção discente com base no <i>WebQualis</i> periódicos da área utilizando os estratos de A1 a B2.</p>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	Avaliar o tempo médio de titulação de mestres e doutores. Serão consideradas as medianas do tempo de titulação de mestres (30 meses) e doutores (54 meses).
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	<p>Examinar a produção global do programa, ou seja, o número total de artigos completos publicados em periódicos científicos pelo conjunto de docentes permanentes, discentes e egressos. O parâmetro de qualidade das publicações é o <i>WebQualis</i> Periódicos. Os Periódicos serão estratificados de acordo com o explicitado no item III do Documento de Área.</p> <p>Os principais produtos de um programa de pós-graduação são: 1) produção intelectual feita por docentes e discentes; 2) formação de pessoas. A produção intelectual é representada por produtos científicos ou técnicos feitos no campo de atuação do programa. As publicações científicas, sob a forma de artigos completos publicados em periódicos científicos ou de patentes licenciadas, são o principal indicador neste quesito, como serão definidos pelos itens abaixo;</p> <p>a) A distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do programa/curso considerará o número de pontos atingidos por, pelo menos, 80% dos docentes permanentes e para programas com notas 5, 6 ou 7 que pelo 10% da produção intelectual presente colaboração</p>

		<p>internacional, para obtenção do conceito MB;</p> <p>b) Quanto aos docentes permanentes (DP), considera-se como referencial o desempenho atingido por, pelo menos, 80% do conjunto deles. Para as publicações dos discentes, levam-se em conta tantos os alunos matriculados (mestrandos e doutorandos) quanto os egressos (4 anos após a defesa);</p> <p>c) Produção do Programa: considerar o número de pontos obtidos pela divisão do total de pontos de todos os docentes permanentes pelo número de docentes permanentes do programa;</p> <p>d) Será principalmente valorizada a produção nos estratos A1, A2 e B1, particularmente nos programas que oferecem doutorado;</p> <p>e) Uma vez que 50% da produção intelectual, para cursos nota 5 ou superior DEVEM incluir produções dos extratos A1, A2 e B1, as produções do estrato B1 poderão ser substituídas por patentes publicadas no JCR;</p> <p>f) A pontuação do docente DEVE ser proporcional ao tempo de participação como docente permanente no programa;</p> <p>g) Salvo exceções, a área DEVERÁ excluir da produção intelectual os editoriais e estudos multicêntricos publicados, como produtos ligados à formação pós-graduanda acadêmica e cuja autoria não esteja inserida nas normas estabelecidas pelo <i>International Committee of Medical Journal Editors Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals (ICMJE Recommendations 2013)</i>.</p>
<p>4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.</p>	<p style="text-align: center;">50%</p>	<p>Avaliar a percentagem de docentes permanentes que publicam regularmente. O pressuposto básico de valorização deste item é que as publicações qualificadas estejam bem distribuídas entre os docentes, considerando-se ideal que 80% dos docentes permanentes publiquem regularmente.</p> <p>a) Distribuição e valorização da produção qualificada do programa levarão prioritariamente em conta, a sua relação ao corpo docente permanente e discente do</p>

		<p>Programa e, sua vinculação a dissertações ou teses.</p> <p>Assim, para todos os programas/cursos da área serão avaliadas até 2 publicações, informadas pelo próprio docente permanente do programa/curso, nos últimos 7 anos, com as seguintes características: a. estejam vinculados ao(s) tema(s) do PPG; b. incluam discentes ou egressos do Programa/Curso; c. apresentem o número de citações obtidas por um período de até 7 anos. Estas informações DEVEM ser incluídas no último Relatório do quadriênio nas Considerações Gerais do Programa; A partir dessas informações serão calculados: o Índice H do Programa; a somatória dos impactos das publicações com discente; a somatória das citações dos artigos com discente nos últimos 7 anos. Será também calculado o índice de citações (publicações incluindo discente ou egresso com pelo menos 1 citação ponderada pelo total de publicações com discente nos últimos 4 anos; Estes índices serão estratificados por percentis para distinção dos cursos e, DEVERÃO ser 25% maior que a mediana da área para programas notas 6 e 7. Esta lista de publicações DEVE ser informada nas Considerações Gerais do Relatório referente ao ano de 2016.</p>
<p>4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p align="center">10%</p>	<p>Como produção técnica, e tanto para os Programas/Cursos Acadêmicos como para o Mestrado Profissional, serão valorizados o número de Registros ou Patentes depositadas, concedidas, licenciadas ou publicadas no exterior.</p> <p>a. Neste aspecto, as patentes terão pesos diferentes em função do seu estágio e da participação de discente do programa: (Patentes depositadas = 1; Patentes depositadas com discente ou egresso do programa = 2; Patentes concedidas = 4; Patentes concedidas com discente ou egresso do programa = 8; Patentes licenciadas = 10; Patentes licenciadas com discente ou egresso do programa = 20) calculada excluindo os jovens docentes permanentes JDP (DP = DP total – JDP). Caso esses docentes tenham contribuição no numerador, ela DEVE ser contabilizada. Nos</p>

		<p>casos em que a Instituição recebeu royalties relativos às patentes com envolvimento dos docentes/discentes do programa, indicar o valor no triênio;</p> <p>b. Uma vez que 50% (pontos) da produção intelectual, para cursos nota 5 ou superior DEVEM incluir produções dos extratos A1, A2 e B1, as produções do estrato B1 poderão ser substituídas por patentes publicadas no JCR ou Patentes licenciadas = 10 ou Patentes licenciadas com discente ou egresso do programa = 20.</p>
4.4. Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	0%	Não se aplica a avaliação da área 15 (Medicina I)
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40%	<p>A inserção social do programa pode demonstrar a efetiva consolidação e liderança nacional do Programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação. Adicionalmente aos impactos educacional, tecnológico, sanitário os programas/cursos serão avaliados qualitativamente, tendo em conta o papel destes, tanto para a sua própria região como para o país, na formação de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho e especialmente para atender às necessidades do Sistema Único de Saúde e no desenvolvimento de pesquisa;</p> <p>Neste sentido será prioritariamente valorizado o percentual de Egressos dos programas de pós-graduação inseridos em funções de docência e pesquisa desenvolvendo atividades de pesquisa em IES, Instituto de Pesquisa, Indústria etc.;</p> <p>Bem como a implantação pelos programas/cursos de propostas de inserção dos alunos e docentes de pós-graduação em programas de transferência de conhecimento e impacto social; estes aspectos DEVEM ser aprimorados para melhor avaliação futura.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40%	<p>Avaliar as interações que o programa mantém com seus congêneres e outros centros de ensino e pesquisa da área, especialmente em áreas menos desenvolvidas do país e suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico regional e nacional. Participação do programa em iniciativas como MINTER, DINTER, PROCAD e congêneres serão especialmente considerados;</p>

		<p>a) O desempenho do Programa na formação de recursos humanos e na nucleação de grupos de pesquisa em outros estados e regiões do país, sendo considerados a situação atual e o histórico do Programa como formador de recursos humanos, considerando a inserção dos discentes e egressos no sistema de pesquisa e pós-graduação.</p>
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.</p>	<p>20%</p>	<p>Examinar os mecanismos de divulgação atualizada e sistemática do Programa, que poderá ser realizado de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet (preferencialmente, bilíngue). Entre outros itens que definem a visibilidade do programa/curso, DEVERÃO constar:</p> <p>a) A descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>b) Também, serão avaliados e valorizados neste item, a efetiva preocupação institucional com a Ética e Integridade em pesquisa I (avaliados pela existência de Comissões de Ética em Pesquisa Médica e Experimental, Códigos de Ética em Pesquisa, presença de Comissão Institucional de Boas Práticas, Disciplinas de Ética e Bioética etc.); O programa DEVERÁ descrever as medidas relativas à Integridade em Pesquisa tomadas pelo Programa de Pós-graduação.</p>

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	50%	<p>Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.</p> <p>a) As propostas de Mestrado Profissional DEVEM apresentar caráter interdisciplinar de tal forma que agreguem competências e metodologias que tenham como objetivo a boa formação e a geração de conhecimento novo a ser imediatamente aplicável;</p> <p>b) Deve estar claramente especificado o perfil do profissional a ser formado. Este perfil não pode ser dissociado aos objetivos da proposta;</p> <p>c) A proposta não DEVE ter qualquer superposição de objetivos com programas de residência médica ou cursos de especialização ou aprimoramento lato senso;</p> <p>d) São prioritárias propostas vinculadas a projetos de intervenção, avaliação ou desenvolvimento de políticas públicas assistenciais e de desenvolvimento tecnológico;</p> <p>e) São também prioritários e relevantes à temática e os impactos locais, regionais ou nacionais;</p> <p>f) Coerência da proposta: DEVE estar justificada a pertinência da(s) área(s) de concentração e a vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa e/ou de atuação profissional e os projetos em desenvolvimento e conseqüentemente, com os trabalhos finais desenvolvidos. A estrutura curricular DEVE proporcionar formação em pesquisa e fundamentos</p>

		metodológicos.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10%	Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
2 – Corpo Docente	15%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<p>a) Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional;</p> <p>b) O Corpo Docente Permanente (DP) do Mestrado Profissional DEVE ser constituído por professores doutores ou profissionais com notório saber, todos com reconhecida competência e atuação, demonstradas pela produção técnica, científica e profissional vinculada à temática da proposta e aplicada ao desenvolvimento e à inovação;</p> <p>c) Tendo em conta a legislação vigente, a participação de Docentes como Permanentes não DEVE ultrapassar a 3 (três) programas de pós-graduação stricto sensu, dentre os quais 01 Mestrado Profissional;</p> <p>d) Como estabelecido nos Critério de Área para APCN, em caráter excepcional e transitório, a participação, em até 30% do corpo docente permanente, de professores e pesquisadores de outras IES públicas</p>

		<p>quando o curso ou programa estiver situado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A participação de docentes de outras Instituições como permanentes DEVE ser formalmente aprovada por ambas IES e, esta participação não DEVE ultrapassar a dois programas de pós-graduação;</p> <p>e) O Corpo Docente do Mestrado Profissional DEVE incluir pelo menos 10 docentes permanentes, 60% dos quais, no mínimo, com vínculo em tempo integral à Instituição. Os docentes DEVEM estar trabalhando na instituição há pelo menos um ano; Os docentes permanentes DEVEM ter experiência na orientação, no mínimo, de alunos de iniciação científica ou trabalho de conclusão de curso.</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p align="center">30%</p>	<p>a) Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes;</p> <p>b) Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais;</p> <p>c) Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa considerando que a proposta de Mestrado Profissional DEVE, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial;”.</p> <p>d) Examinar se o Corpo Docente atua em P, D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional;</p> <p>e) Tendo em conta a legislação vigente, a participação de Docentes como Permanentes não DEVE ultrapassar a 3 (três) programas de pós-graduação stricto sensu, dentre os quais 01 Mestrado</p>

		Profissional;
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento de orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30%	- Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de docentes do programa; - Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período;
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	30%	Examinar a aplicabilidade do trabalho de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos público-privados e sua vinculação com os objetivos, as linhas de pesquisa e áreas de concentração do programa.
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	20%	Examinar a produção global do programa, ou seja, o número total de artigos completos publicados em periódicos científicos pelo conjunto de docentes permanentes, discentes e egressos. O parâmetro de qualidade das publicações é o WebQualis Periódicos. Os Periódicos serão estratificados de acordo com o explicitado no item III do Documento de Área. Os principais produtos de um programa de pós-graduação são: 1) produção intelectual feita por docentes e discentes; 2) formação de pessoas. A produção intelectual é representada por produtos científicos ou técnicos feitos no campo de atuação do programa. As publicações científicas, sob a forma de artigos completos publicados em

		<p>periódicos científicos ou de patentes licenciadas, são o principal indicador neste quesito, como serão definidos pelos itens abaixo;</p> <p>a) A distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do programa/curso considerará o número de pontos atingidos por, pelo menos, 80% dos docentes permanentes;</p> <p>b) Quanto aos docentes permanentes (DP), considera-se como referencial o desempenho atingido por, pelo menos, 80% do conjunto deles. Para as publicações dos discentes, será levado em conta tantos os alunos matriculados quanto os egressos (4 anos após a defesa);</p> <p>c) Produção do Programa: considerar o número de pontos obtidos pela divisão do total de pontos de todos os docentes permanentes pelo número de docentes permanentes do programa.</p> <p>d) Será particularmente valorizada a produção do programa considerando seus objetivos e metas dentro de um tema específico;</p> <p>e) Uma vez que 50% da produção intelectual, para cursos nota 5 ou superior DEVE incluir produções dos extratos A1, A2 e B1, as produções do estrato B1 poderão ser substituídas por patentes publicadas no JCR;</p> <p>f) A pontuação do docente DEVE ser proporcional ao tempo de participação como docente permanente no programa;</p> <p>g) Salvo exceções, a área excluirá da produção intelectual editoriais e estudos multicêntricos publicados, como produtos ligados à formação pós-graduanda acadêmica e cuja autoria não esteja inserida nas normas estabelecidas pelo International Committee of Medical Journal Editors Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals (ICMJE Recommendations 2013).</p>
<p>4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p style="text-align: center;">40%</p>	<p>Examinar a produção técnica, patentes depositadas e outras produções consideradas relevantes para a área e compatíveis com a</p>

		<p>proposta do Mestrado, tais como:</p> <ol style="list-style-type: none">I. Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais;II. Artigos e Relatórios publicados em periódicos técnicos;III. Produtos técnicos;IV. Protótipos;V. Patentes publicadas; Incluem patentes depositadas (nacionais ou internacionais); <p>Na análise da produção do programa:</p> <ol style="list-style-type: none">a) A produção técnica (relatórios técnicos, protocolos, diretrizes, livros, capítulos de livros, entre outros) será prioritariamente valorizada. Serão analisados os percentuais de docentes permanentes com orientações em andamento e com participação didática na pós-graduação, calculados excluindo os JDP, ($DP = DP \text{ total} - JDP$);c. Como produção técnica, e tanto para os Programas/Cursos Acadêmicos como para o Mestrado Profissional, serão valorizados o número de Registros ou Patentes depositadas, concedidas, licenciadas ou publicadas no exterior;d. Neste aspecto, as patentes terão pesos diferentes em função do seu estágio e da participação de discente do programa: (Patentes depositadas = 1; Patentes depositadas com discente ou egresso do programa = 2; Patentes concedidas = 4; Patentes concedidas com discente ou egresso do programa = 8; Patentes licenciadas = 10; Patentes licenciadas com discente ou egresso do programa = 20) calculada excluindo os jovens docentes permanentes JDP ($DP = DP \text{ total} - JDP$). Caso esses docentes tenham contribuição no numerador, ela DEVE ser contabilizada. Nos casos em que a Instituição recebeu royalties relativos às patentes com envolvimento
--	--	---

		<p>dos docentes/discentes do programa, indicar o valor no triênio;</p> <p>e. Uma vez que 50% (pontos) da produção intelectual, para cursos nota 5 ou superior DEVEM incluir produções dos extratos A1, A2 e B1, as produções do estrato B1 poderão ser substituídas por patentes publicadas no JCR ou Patentes licenciadas = 10 ou Patentes licenciadas com discente ou egresso do programa = 20.</p> <p>f. Para efeito de pontuação, serão considerados publicação de artigos completos em periódicos, registros de patentes, publicados em bases internacionais e produção técnica de qualidade compatível com a proposta, como produção complementar à produção intelectual (esta será analisada qualitativamente pelo comitê de área).</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	40%	<p>Avaliar a percentagem de docentes permanentes que publicam regularmente. O pressuposto básico de valorização deste item é que as publicações qualificadas estejam bem distribuídas entre os docentes, considerando-se ideal que 80% dos docentes permanentes publiquem regularmente.</p> <p>a) Distribuição e valorização da produção qualificada do programa levará prioritariamente em conta, a sua relação ao corpo docente permanente e discente do Programa e, sua vinculação ao produto final do Mestrado Profissional.</p>
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	0%	Não se aplica à avaliação de Mestrado Profissional na área 15 – Medicina I.
5 – Inserção Social	25%	
5.1. Impacto do Programa.	40%	<p>Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissionais, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>A inserção social do programa pode demonstrar a efetiva consolidação e liderança nacional do</p>

	<p>Programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação. Adicionalmente aos impactos educacional, tecnológico, sanitário os programas/cursos serão avaliados qualitativamente, tendo em conta o papel destes, tanto para a sua própria região como para o país, na formação de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho e especialmente para atender às necessidades do Sistema Único de Saúde para o desenvolvimento de pesquisa nos níveis local, regional ou nacional;</p> <p>Neste sentido será prioritariamente valorizado o percentual de Egressos dos programas de pós-graduação inseridos em funções de docência e pesquisa desenvolvendo atividades de pesquisa em IES, Instituto de Pesquisa, Indústria etc.;</p> <p>Bem como, a implantação pelos programas/cursos de propostas de inserção dos alunos e docentes de pós-graduação em programas de transferência de conhecimento e impacto social; estes aspectos DEVEM ser aprimorados para melhor avaliação futura.</p> <p>Neste sentido, examinar:</p> <ol style="list-style-type: none">I. Se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.II. Se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos níveis local, regional ou nacional. <p>Caracterizando-se como repercussão do processo de formação:</p> <ol style="list-style-type: none">a. O impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a
--	--

		<p>formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b. Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c. Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d. Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>e. Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p align="center">20%</p>	<p>Avaliar as interações que o programa mantém com seus congêneres e outros centros de ensino e pesquisa da área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; especialmente em áreas menos desenvolvidas do país e suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico regional e nacional.</p> <p>a) Examinar a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p> <p>b) O desempenho do Programa na formação de recursos humanos e na nucleação de grupos de pesquisa em outros estados e</p>

		<p>regiões do país, sendo considerados a situação atual e o histórico do Programa como formador de recursos humanos, considerando a inserção dos discentes e egressos no sistema de pesquisa e pós-graduação.</p>
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p align="center">20%</p>	<p>Neste item examinar:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; b) A abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; c) A introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional. d) Examinar também a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, e social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos e diagnósticos), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.</p>	<p align="center">20%</p>	<p>Examinar os mecanismos de divulgação atualizada e sistemática do Programa, que poderá ser realizado de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet (preferencialmente, bilíngue). Entre outros itens que definem a visibilidade do programa/curso, DEVERÃO constar:</p>

		<p>a) A descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>b) Também, serão também avaliados e valorizados neste item, a efetiva preocupação institucional com a Ética e Integridade em pesquisa Institucional (avaliados pela existência de Comissões de Ética em Pesquisa Médica e Experimental, Códigos de Ética em Pesquisa, presença de Comissão Institucional de Boas Práticas, Disciplinas de Ética e Bioética etc.); O programa DEVE descrever as medidas relativas à Integridade em Pesquisa tomadas pelo Programa de Pós-graduação.</p> <p>c) Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo DEVE ser preservado (Art. 2º Portaria 13/2006).</p>
--	--	--

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

Pelos critérios estabelecidos no processo de avaliação dos Programas e Cursos de Pós-Graduação na área de Medicina I, para se atingir as notas 6 e 7 implicará que o programa tenha alcançado padrão internacional e, portanto, os mais elevados níveis de qualificação. A busca da excelência impõe a meta de internacionalização aos programas de pós-graduação na área. Um curso classificado como de nível 5 dependerá do atendimento dos critérios de internacionalização para se inserir no mais alto *standard* de qualidade. A internacionalização, assim, passa a ser um dos maiores

desafios dos programas bem como das IES nas quais está inserido, não só na busca de se tornarem centros de excelência, como da própria inserção destes na comunidade científica internacional.

O maior objetivo do PPG ao se internacionalizar será proporcionar uma diversidade de conceitos, ideologias e culturas que fortaleçam o ensino, a pesquisa, e a disseminação do conhecimento, ampliando sua participação na produção e na difusão deste conhecimento à comunidade internacional.

Tão relevantes quanto os objetivos de se internacionalizar, serão as formas e meios pelos quais isto será concretizado e os critérios objetivos de qualidade utilizados para atingir tais objetivos. A área tem a expectativa que seus programas de excelência adotem uma forma ativa de engajamento internacional, através de programas próprios e criativos, que oferecidos possam atrair alunos de mais diferentes países. Espera-se que estes programas tornem-se polos de atração e, por isso, suas estruturas acadêmicas tomem iniciativas que permitam a acessibilidade a esta demanda estrangeira bem como assumam o papel de liderança neste processo. Neste sentido, as seguintes questões DEVEM ser lembradas pelos programas candidatos e suas IES vinculantes: 1. Como a internacionalização incidirá sobre a qualidade da Instituição Acadêmica em todos os níveis de atuação incluindo a gestão acadêmica? 2. De que modo o atendimento aos objetivos de internacionalização influenciaria a relação Universidade-Sociedade? A resposta de ambas as questões, segundo a visão da área, pressupõe que a internacionalização não acarrete apenas vantagens institucionais (importância e renome) ou acadêmicas (melhoria da formação do ensino e da pesquisa). Mas também que esta assuma relevância adicional para o país, uma vez que a incorporação de parâmetros de excelência reconhecida internacionalmente passa a ser condição que permite a apropriação do conhecimento e a independência científico-tecnológica do país.

A inserção internacional baseia-se, principalmente, na qualidade científica dos programas. Os aspectos principais são a qualidade dos periódicos utilizados para a divulgação dos resultados das pesquisas e o reconhecimento internacional pelos pares, que é evidenciado pelas citações das publicações produzidas pelos docentes e discentes dos programas. Além das publicações, a qualificação internacional pode ser aferida também pela participação dos docentes em: arbitragem de artigos e editoria de periódicos internacionais qualificados; convite para apresentar, organizar, coordenar ou presidir eventos científicos relevantes na área; participação em bancas e comitês de avaliação no exterior; obtenção de financiamento com fundos internacionais; desenvolvimento de projetos conjuntos e cotutela de teses, entre outros.

Ações dirigidas à internacionalização podem ser identificadas, entre outros, por meio de: 1) mobilidade de docentes e discentes em atividades científicas no exterior; 2) oferecimento de disciplinas e cursos de âmbito internacional; 3) atração de estudantes estrangeiros para integrar o quadro discente dos programas. Tais ações também se refletem nas atividades de melhoria da qualidade da escrita e da comunicação em inglês científico, que DEVEM ser objeto de atenção constante dos programas da área. A internacionalização das atividades dos programas é um aspecto muito importante que se reflete na qualidade da produção e na formação dos discentes, sendo este

tema sempre debatido nos Seminários de Acompanhamento da área. Vários aspectos da internacionalização dos programas têm sido levados em consideração, há muito tempo, nas avaliações e considerados indicadores robustos de qualidade dos programas da área.

Considerações sobre as notas 6 e 7:

As notas “6” e “7” são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado, classificadas como nota “5” na primeira etapa de realização da avaliação quadrienal, e que atendam necessária e obrigatoriamente aos seguintes preceitos:

- i. Tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área;
- ii. Apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área.
- iii. E ainda, demonstrem consolidação e liderança nacional como formador de recursos humanos para a nucleação de pesquisa e a formação de recursos de alto nível.

Neste item, será avaliado o desempenho do Programa na formação de recursos humanos e na nucleação de novos grupos de pesquisa em outros estados e regiões do país; Serão considerados a situação atual e o histórico do Programa como formador de pesquisadores e docentes, prioritariamente através da inserção dos egressos no sistema de pesquisa e pós-graduação nacional.

No contexto da internacionalização, considerações a respeito dos critérios da área para atribuição de notas 6 e 7, serão considerados:

I. (Avaliação Qualitativa)

- O PPG DEVE estar inserido em uma instituição que demonstre a capacidade de iniciativas e efetiva participação em estudos clínicos através de infraestrutura de pesquisa própria, indicação de registros de estudos e coortes clínicos formalizados;
- Também de efetiva capacidade de desenvolvimento, manutenção e uso de infraestrutura (Laboratórios como *Core Facilities*), Equipamentos multiusuários, Projetos Integrados etc.) comum destinada à experimentação clínica ou animal;
- E, consideradas as excepcionalidades, para programas notas 5, 6 ou 7, que estes sejam capazes de demonstrar contribuições Institucionais de estímulo à docência e a

formação em pesquisa. Isto através da valorização de providências que promovam a instalação de: Programas Institucionais de MD/PhD (Médico-pesquisador); ou de formação em pesquisa durante a residência médica; ou Mestrado Profissional e Residência Médica, para os interessados, como mecanismo de estímulo e identificação de talentos para docência/pesquisa durante a formação médica;

- Os artigos dos docentes permanentes com a participação de discentes e egressos em periódicos qualificados nos estratos superiores do Qualis Periódicos (A1, A2 e B1), os quais ofereçam contribuição significativa para o conhecimento da Área;
- Será examinada a projeção nacional e internacional do corpo docente, participação em consultorias, como professores visitantes em Instituições no exterior, Editores de periódicos científicos e membros de Conselho Editorial de periódicos de circulação internacional. A área vai considerar a percentagem de docentes permanentes com pós-doutoramento (%Doc/PosDoc), calculada excluindo os *pós-docs*, jovens pesquisadores e jovens docentes pesquisadores (JDP) que não fizeram pós-doutorado. Os JDP são definidos como aqueles que defenderam o doutorado a partir de 2010, incluindo 2010, portanto nos últimos 7 anos;
- Para cursos com nota 5, 6 e 7 será valorizada a percentagem de docentes permanentes com bolsas de Produtividade em Pesquisa ou equivalente, sênior e de Inovação Tecnológica do CNPq, ou equivalente. Calculada excluindo JDP, ($DP = DP \text{ total} - JDP$). Caso esses docentes tenham contribuição no numerador, ela DEVE ser contabilizada;
- O percentual de Egressos dos programas de pós-graduação inseridos em funções de docência e pesquisa desenvolvendo atividades de pesquisa em IES, Instituto de Pesquisa, Indústria etc.
- Outro aspecto importante é a inserção dos alunos e docentes de pós-graduação em programas de transferência de conhecimento e impacto social; estes aspectos DEVEM ser aprimorados para melhor avaliação futura;
- Neste quesito serão também avaliados e valorizados a efetiva preocupação institucional com a Ética e Integridade em pesquisa Institucional (Códigos, Com de Boas Práticas, Disciplinas etc.); O programa DEVE descrever as medidas relativas à Integridade em Pesquisa tomadas pelo Programa de Pós-graduação.

II. (Avaliação Quantitativa)

Para os programas com conceito MUITO BOM em todos os quesitos e que tenham sido considerados qualificados para receber as notas 6 ou 7, considerar neste item os seguintes parâmetros:

- Nota 6 - 80% dos docentes permanentes terem pontuação ≥ 480 pontos (no quadriênio) e ter publicado ao menos um trabalho nos estratos A1 ou 2 ou mais artigos A no triênio.
- Nota 7 - 80% dos docentes permanentes terem pontuação ≥ 560 pontos (no quadriênio) e ter publicado 2 artigos A (sendo que pelo menos 1 deles DEVE ser A1), ou três ou mais artigos A no triênio.

- A relação teses/dissertações defendidas no período reflete o perfil e a consolidação do programa na formação de doutores; assim, para programas nota 5, 6 e 7 **espera-se que esta razão seja ≥ 0.5** ;

- Distribuição e valorização da produção qualificada do programa levarão prioritariamente em conta, a sua relação ao corpo docente permanente e discente do Programa e, sua vinculação a dissertações ou teses.

Assim, para todos os programas/cursos da área serão avaliadas até 2 publicações, informadas pelo próprio docente permanente do programa/curso, nos últimos 7 anos, com as seguintes características: a. estejam vinculados ao(s) tema(s) do PPG; b. incluam discentes ou egressos do Programa/Curso; c. apresentem o número de citações obtidas por um período de até 7 anos. Estas informações DEVEM ser incluídas no último Relatório do quadriênio nas Considerações Gerais do Programa; A partir dessas informações serão calculados: o Índice H do Programa; a somatória dos impactos das publicações com discente; a somatória das citações dos artigos com discente nos últimos 7 anos. Será também calculado o índice de citações (publicações incluindo discente ou egresso com pelo menos 1 citação ponderada pelo total de publicações com discente nos últimos 4 anos; **Estes índices serão estratificados por percentis para distinção dos cursos e, DEVERÃO ser 25% maior que a mediana da área para programas notas 6 e 7.** Esta lista de publicações DEVE ser informada nas Considerações Gerais do Relatório referente ao ano de 2016.

- Serão avaliados o percentual das publicações definidas acima pelo programa (2010-2016), estratificadas em periódicos A1, A2 e, B1 citadas pelo menos 1 vez no *SCImago*, DEVE ser de 50% ou superior; (Observação: este valor corresponde à mediana das citações no intervalo de 3 anos para países da OCDE, Japão e EUA: *IndCit*: 24-71%); *IndCit*: índice de citações;

- Serão avaliados o percentual de publicações entre 2010-2016 apresentadas acima pelo programa (triênio anterior ao último ano da avaliação), estratificadas como A1, A2, B1 e B2, com pelo menos uma participação de colaborador internacional (publicações *Scimago*) no triênio DEVE ser, inicialmente, de 10% ou superior; (Observação: este valor corresponde à moda das citações no intervalo de 3 anos para países da OCDE, Japão e EUA: *IndCol*: 20-40%); *IndCol*: índice de colaborações internacionais;

Ainda, em relação à inserção internacional do programa, serão avaliados os seguintes indicadores de produção internacional dos docentes:

- participação em corpo editorial de periódicos altamente qualificados;
- promoção de eventos científicos significativos de cunho internacional;
- intercâmbios e convênios internacionais, promovendo a mobilidade de professores e alunos;
- participação regular de alunos de doutorado em estágio sanduíche em instituições estrangeiras;
- atração e presença de alunos estrangeiros no programa, como alunos regulares ou como discentes de bolsas sanduíche vinculados a programas de pós-graduação de outros países;
- atuação de professores de Instituições internacionais no programa (palestras, bancas, cursos, atividades de pesquisa pós-doutoral);
- participação qualificada e apresentação de trabalhos em eventos científicos internacionais de alto nível acadêmico;
- captação de recursos financeiros para pesquisa de fontes internacionais;
- realização de estágios (alunos e professores) e pesquisas no exterior associados a equipes estrangeiras;
- realização de estágio pós-doutoral de egressos e docentes no exterior, preferencialmente com apoio de agências de fomento;
- apresentar um percentual relevante de docentes permanentes com bolsa de produtividade do CNPq (este percentual DEVE estar acima da média dos programas da área);
- demonstrar a participação relevante na gestão e em comissões de organismos internacionais (direção, coordenação e comissões ou conselhos);
- apresentar a outorga de prêmios e distinções, nacionais e internacionais ao corpo docente e discente do programa.

Finalmente, as notas 6 e 7 serão reservadas, exclusivamente, aos programas com doutorado que obtiverem nota 5 e conceito Muito Bom (MB) em todos os quesitos da avaliação e que atendam, necessariamente:

- Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
- Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;

Demonstrar:

- Solidariedade;
- Nucleação;
- Nota 6: predomínio de conceito MB nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito Bom (B) em alguns itens.
- Nota 7: Conceito MB em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação.